



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO N. 11/2018 .**

**TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO N. 11/2018  
(Evento [0304616](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0000010-55.2018.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRONICO N. 020/2018.**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 11/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA E.R.P DE OLIVEIRA E CIA LTDA, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA OS EDIFÍCIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA, LOCALIZADOS NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 10.927.661/0001-10, com sede na Rua Santos Dumont, n. 1709B - Térreo, Bairro Pedrinhas, CEP.: 76.801-462, Município de Porto Velho, Estado do Rondônia, Telefone(s): (69) 3043-0017 / 3043-0018, 98114-6083/ 069-99292-5695 / (69) 99270-2727, E-mail(s): [erpdeoliveira2019@gmail.com](mailto:erpdeoliveira2019@gmail.com) e [wapdeoliveira@hotmail.com](mailto:wapdeoliveira@hotmail.com), neste ato representada pelo Senhor **ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO**, brasileiro, Empresário, portador da Cédula de Identidade RG 1129480/SSP-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RO, CPF 012.012.232-45, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante na DECISÃO n. 90/2020-ASSPRES, de 04/06/2020 (evento [0539572](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**Subcláusula Primeira** - Registrar a REPACTUAÇÃO de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento) sobre o valor mensal dos serviços do Contrato n. 11/2018 (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 01/01/2020, em face da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2020/2020, conforme detalhamento abaixo:

Reflexos da convenção coletiva de 2020, para efeito desta repactuação:
1. Alteração dos salários de servente de limpeza de R\$ 1.144,91 para R\$ 1.196,43 e do Supervisor/Encarregado de R\$ 2.041,34 para R\$ 2.133,20 - cláusula terceira quinta do ajuste originário;
2. Alteração do auxílio alimentação de R\$ 380,00 para R\$ 400,00 - cláusula décima quinta do ajuste originário;
3. Manutenção do pagamento de adicional de insalubridade a todos os trabalhadores que realizem higienização de instalações sanitárias e limpeza de áreas hospitalares, no grau máximo de 40% (quarenta por cento) , cláusula décima segunda, aplicado sobre o salário mínimo nacional (R\$ 1.045,00), sendo que, no aludido contrato, enquadram-se nessa situação um contingente de 6 serventes de limpeza;
4. Alteração nos demais itens que compõem a planilha de custos e formação de preços, decorrente da aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre a remuneração ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas, lucro.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Alterações dos valores homem/mês, que tiveram como consequência alterações nos preços dos metros quadrados de cada tipo de área:		
Mão de Obra/Quantidades	VALOR ATUAL HOMEM/MÊS	VALOR C/ REPACTUAÇÃO 2020
Servente de Limpeza com insalubridade	R\$ 3.712,72	R\$ 3.869,80
Servente de Limpeza sem insalubridade	R\$ 2.924,75	R\$ 3.044,78
Supervisor	R\$ 4.578,57	R\$ 4.775,20

	TOTAL m <sup>2</sup>	Valor ATUAL do m2	VALOR MENSAL ATUAL	Valor do m2 c/ repactuação 2020	VALOR MENSAL C/ REPACTUAÇÃO 2020
ÁREAS INTERNAS	6.985,05	R\$4,40	R\$ 30.714,08	R\$ 4,58	R\$ 31.977,44
ÁREAS EXTERNAS	9.674,81	R\$1,69	R\$ 16.390,94	R\$ 1,76	R\$ 17.029,56
ESQUADRIAS EXTERNAS	1.599,78	R\$1,45	R\$ 2.230,74	R\$ 1,51	R\$ 2.413,31
FACHADAS ENVIDRAÇADAS	72,00	R\$1,14	R\$ 82,08	R\$ 1,19	R\$ 85,68
ÁREAS HOSPITALARES E ASSEMBLHADAS	157,34	R\$9,85	R\$ 1.549,80	R\$ 10,25	R\$ 1.612,24
TOTAL			R\$ 51.057,64		R\$ 53.118,73

Fonte: Informação n. 34/2020/ SEAP (evento [0530671](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 11/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 10/07/2020 até 09/07/2022) conforme detalhamento na Cláusula seguinte.

**Subcláusula Terceira** - As planilhas de composição de custos referentes à repactuação 2020/2020 e referentes à Prorrogação Contratual constam, respectivamente, nos eventos [0530470](#) e [0530473](#) do Processo Administrativo respectivo.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA – O valor TOTAL deste termo aditivo é de R\$ 1.289.782,58** (um milhão duzentos e oitenta e nove mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), correspondente ao somatório do impacto/atualização da repactuação 2020, no importe de R\$ 12.916,16 (Cláusula Primeira, Subcláusula Primeira, deste instrumento) e do impacto da Prorrogação deste Contrato, no importe de R\$ 1.276.866,42 (Cláusula Primeira, Subcláusula Segunda, deste instrumento), conforme a seguir detalhado:

**1. IMPACTO SOBRE O CONTRATO DECORRENTE DA REPACTUAÇÃO CCT 2020 (VALORES ATUAIS E VALORES ANTERIORES):**

		VALOR ATUAL DO CONTRATO
VALOR DOS SERVIÇOS		R\$ 1.213.486,41
VALOR ESTIMADO DE HORAS EXTRAS ANO ELEITORAL		R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO		R\$ 1.231.486,41
Valor atual mensal dos serviços	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2020	Valor do saldo atual do Contrato
R\$ 51.057,64	6 meses e	R\$ 319.961,21

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	8 dias	
Estimativa de Horas Extras:		R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:		R\$ 337.961,21
Novo valor mensal com repactuação de 2020	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2020	Valor atualizado do saldo do Contrato
R\$ 53.118,73	6 meses e 8 dias	R\$ 332.877,37
Estimativa de Horas Extras:		R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:		R\$ 350.877,37
VALOR DA REPACTUAÇÃO:		<b>R\$ 12.916,16</b>
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:		1,05%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM A REPACTUAÇÃO DE 2020:		R\$ 1.244.402,57

Fonte: Informação n. 34/2020/ SEAP (evento [0530671](#)).**2. PRORROGAÇÃO CONTRATUAL:**

(A) Valor mensal atual dos serviços: R\$ 52.452,77

(B) Valor total dos serviços para 24 meses: R\$ 1.258.866,42

(C) Valor previsto para horas extras em ano eleitoral: R\$ 18.000,00

**(D) Valor total da prorrogação (B + C): R\$ 1.276.866,42**Fonte: Informação n. 34/2020/ SEAP (evento [0530671](#)).

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Plenário), é de R\$ 1.244.402,57, conforme detalhado no Anexo I deste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA** – A Contratada deverá apresentar fatura complementar contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação à repactuação registrada neste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA** – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO 02122003320GP0011, NATUREZA DA DESPESA 33.90.37-02, conforme Nota de Empenho 2020NE000408, de 09/06/2020 (evento [0546365](#)).

### **DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA**- Nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, para assegurar a plena execução do presente ajuste a Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação e renovação da GARANTIA, no valor de R\$ 64.489,13 (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e nove reais e treze centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término da nova vigência contratual, nos moldes estabelecidos no contrato originário.

### **DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento legal na Cláusula Décima Sexta do Contrato originário, no art. 65, II, “d”, da Lei n. 8.666/93, no art. 12 do Decreto nº 9.507/2018, no Acórdão TCU n. 1563/2004 e no art. 53 e seguintes, da Instrução Normativa n. 05/2017/SLTI/MPOG (quanto à repactuação CCT 2020) e ) e com fundamento no art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 11/2018 (quanto à Prorrogação).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA OITAVA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA NONA** - O extrato deste TERMO ADITIVO será publicado no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo mediante assinatura pelo Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 17 de junho de 2020.

<b>MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA</b> Pelo Contratante	<b>ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 11/2018/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO ( Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas\*):**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
<p>- Contrato n. 11/2018 (assinado em 05/7/2018) - Volume VII do PA (evento <a href="#">0304616</a>)</p> <p>- Vigência de 24 meses, a contar de 09/07/2018.</p> <p>(Garantia: R\$ 57.831,67)</p> <p>Obs.: Os valores mencionados já estão considerando a correção de erros materiais efetuada por meio do 1º Termo Aditivo.</p>	R\$ 1.156.633,44	-
<p>Termo Aditivo n. 01, assinado em 13/09/2018 – Volume IX do PA (evento <a href="#">0331944</a>)</p> <p>Correção de erros materiais quanto ao valor total estimado do Contrato 11/2018 para R\$1.156.633,44 e quanto à respectiva garantia contratual para R\$ 57.831,67, bem como Repactuação CCT 2018/2018 que impactou o valor do contrato em 3,19% (R\$ 36.948,72), a contar de 09/07/2018.</p> <p>(garantia: R\$ 1.847,44)</p>	R\$ 36.948,72	-
<p>Apostila n. 01 (assinada em 18/07/2019) – Volume XI do PA (evento <a href="#">0435336</a>).</p> <p>Repactuação CCT 2019/2019 (<b>3,18%</b> sobre o contrato, a contar de 1º/01/2019).</p> <p>(Garantia: R\$ 1.895,21 )</p>	R\$ 37.904,25	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Termo Aditivo n. 02, assinado em ___/06/2020 – Volume XIII do PA (evento <a href="#">0548569</a> )  Repactuação CCT 2020/2020 (1,05%% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2020) e Prorrogação do Contrato por mais 24 meses, a contar de 10/07/2020 até 09/07/2022.  (Garantia: R\$ 64.489,13)	R\$ 1.289.782,58	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO DESTE CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>R\$ 1 .244.402,57</b>
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>0,00%</b>



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO, Usuário Externo**, em 18/06/2020, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 18/06/2020, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/06/2020, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 19/06/2020, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 19/06/2020, às 10:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0548569** e o código CRC **9AC46848**.

0000010-55.2018.6.22.8000

0548569v6

Criado por 006007062364, versão 6 por 004577222313 em 17/06/2020 15:13:40.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO Nº 34/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP**

De: SEAP

Para: GABSAOFC/SAOFC

Assunto: Repactuação e Prorrogação do Contrato 11/2018/ – Prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material, nos prédios da Justiça Eleitoral na cidade de Porto Velho, firmado com a empresa E R P de Oliveira & Cia Ltda (0304616).

Senhor Secretário,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando que em 08/07/2020 expira a vigência do Contrato 11/2018 (Limpeza capital), esta unidade iniciou as tratativas junto a empresa contratada para a prorrogação contratual, conforme e-mail de 03 de março de 2020 constante do evento [0511003](#) e demais documentos constantes dos eventos [0511004](#), [0530210](#) e [0530211](#).

No curso das tratativas foi homologada a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria referente ao ano 2020 ([0530509](#)), o que ensejou, por parte da empresa contratada, o pedido de repactuação de 2020, cujo marco inicial (data base da categoria é janeiro/2020) precede a data inicial da prorrogação do contrato (a partir de 09/07/2020).

Assim, como os custos da repactuação e da prorrogação são distintos, bem como suas datas iniciais, esta Informação será dividida em Assunto 1 - Solicitação de Repactuação Contratual e Assunto 2 - Prorrogação Contratual, conforme a seguir:

### **Assunto 1 - Solicitação de Repactuação contratual, retroativa a 01/01/2020**

Por meio da CT N° 21/2020 (evento [0530465](#)), enviada a este Tribunal via e-mail (evento [0530212](#)), a empresa ERP de Oliveira Ltda requereu repactuação de preços do contrato em epígrafe, tendo em vista o advento, a partir de 01/01/2020, da Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020 (registrada no Ministério do Trabalho e Emprego em 15/04/2020), apresentando planilhas de custos com os cálculos da repactuação pretendida ([0530214](#)) e cópia da citada convenção coletiva ([0530509](#)).

Após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa constatamos uma inconsistência no cálculo na rubrica de insalubridade, calculada equivocadamente pela contratada e retificada por esta unidade, informando-se à empresa tal correção (evento [0530496](#)), tendo esta apresentado concordância ([0530670](#)).

Assim, a convenção coletiva de 2020, para efeito da repactuação solicitada, altera:

1. os salários de servente de limpeza de R\$ 1.144,91 para R\$ 1.196,43 e do Supervisor/Encarregado de R\$ 2.041,34 para R\$ 2.133,20 - cláusula terceira;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. o auxílio alimentação de R\$ 380,00 para R\$ 400,00 - cláusula décima quinta;

Além disso, CCT 2020 manteve o pagamento de adicional de insalubridade a todos os trabalhadores que realizem higienização de instalações sanitárias e limpeza de áreas hospitalares, no grau máximo de 40% (quarenta por cento), cláusula décima segunda, aplicado sobre o salário mínimo nacional (R\$ 1.045,00). No aludido contrato, enquadram-se nessa situação um contingente de 6 serventes de limpeza.

A alteração nos demais itens que compõem a planilha de custos e formação de preços é decorrente da aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre a remuneração ou sobre a soma destes com insumos, despesas administrativas, lucro.

Com a repactuação de 2020 o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará dos atuais R\$ 51.057,64 (cinquenta e um mil, cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 53.118,73 (cinquenta e três mil, cento e dezoito reais e setenta e três centavos). Assim, o novo valor provocará um aumento na ordem de 4,04% (percentual arredondado) no valor mensal dos serviços contratados.

Os quadros a seguir demonstram as alterações nos valores homem/mês, que tiveram como consequência alterações nos preços dos metros quadrados de cada tipo de área, conforme Planilhas de Custos e Formação de Preços constantes do evento [0530470](#):

Mão de Obra/Quantidades	VALOR ATUAL HOMEM/MÊS	VALOR C/ REPACTUAÇÃO 2020
Servente de Limpeza com insalubridade	R\$ 3.712,72	R\$ 3.869,80
Servente de Limpeza sem insalubridade	R\$ 2.924,75	R\$ 3.044,78
Supervisor	R\$ 4.578,57	R\$ 4.775,20



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	TOTAL m <sup>2</sup>	Valor Atual do m <sup>2</sup>	VALOR MENSAL ATUAL	Valor do m <sup>2</sup> c/ repactuação 2020	V F 2
ÁREAS INTERNAS	6.985,05	R\$4,40	R\$ 30.714,08	R\$ 4,58	
ÁREAS EXTERNAS	9.674,81	R\$1,69	R\$ 16.390,94	R\$ 1,76	
ESQUADRIAS EXTERNAS	1.599,78	R\$1,45	R\$ 2.230,74	R\$ 1,51	
FACHADAS ENVIDRAÇADAS	72,00	R\$1,14	R\$ 82,08	R\$ 1,19	
ÁREAS HOSPITALARES E ASSEMBLADAS	157,34	R\$9,85	R\$ 1.549,80	10,25 R\$	
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 51.057,64</b>		

Como consequência, com a repactuação de 2020 o valor do contrato deve sofrer atualização de 1,05% (um vírgula zero cinco por cento), conforme demonstrativo a seguir:

		VALOR ATUAL DO CONTRATO
VALOR DOS SERVIÇOS		R\$ 1.213.486,41
VALOR ESTIMADO DE HORAS EXTRAS ANO ELEITORAL		R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO		R\$ 1.231.486,41
Valor atual mensal dos serviços	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2020	Valor do saldo atual do Contrato
R\$ 51.057,64	6 meses e 8 dias	R\$ 319.961,21
Estimativa de Horas Extras:		R\$ 18.000,00
VALOR		R\$ 337.961,21
PARA 2020	Meses faltantes p/ execução em 01/01/2020	Valor atualizado do saldo do Contrato
R\$ 53.118,73	6 meses e 8 dias	R\$ 332.877,37
Estimativa de Horas Extras:		R\$ 18.000,00
VALOR		R\$ 350.877,37



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR DA REPACTUAÇÃO		R\$ 12.916,16
	PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:	1,05%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM REPACTUAÇÃO DE 2020		R\$ 1.244.402,57

Como a repactuação pleiteada é retroativa a 01/01/2020, haja vista a convenção coletiva estabelecer tal dia como data base da categoria, haverá uma diferença a pagar relativa ao período de janeiro/2020 até o mês em que esta for formalizada. A partir do mês seguinte, a contratada já emitirá Nota Fiscal com o valor mensal repactuado.

Para o custeio do valor da repactuação de 2020 será necessário o reforço da Nota de Empenho 2020NE000128, relativa ao aludido contrato, no valor de **R\$ 12.383,83**.

**Assunto 2- Prorrogação Contratual, a partir de 09/07/2020**

Considerando que o contrato em epígrafe terminará em **08/07/2020**;

considerando a necessidade de tais serviços no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos moldes contratados;

considerando que tais serviços são de caráter contínuo e estão sendo prestados a contento pela empresa contratada, não havendo registro de sanções administrativas,

considerando que após ser consultada a contratada **manifestou interesse** na prorrogação do contrato, conforme documentos constantes dos eventos [0511003](#) e [0511004](#),e,

considerando que a empresa contratada concordou com ajustes na planilhas de custos e formação de preços, consistente na retirada de custos que já estarão amortizados ao longo dos 24 meses iniciais, ou redução de custos ainda não amortizados, mas passíveis de redução, conforme proposto por esta unidade - evento [0530210](#) (proposta de redução e ajuste em rubricas das planilhas de custos), [0530211](#) (planilhas de custos de acordo com a proposta) e [0530465](#) (aceite da contratada),



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

esta unidade **sugere a prorrogação do mencionado contrato pelo mesmo período da vigência inicial, ou seja, 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsto em sua Cláusula Terceira.** Assim sendo, a prorrogação aqui sugerida seria para o período de 09/07/2020 a 08/07/2022.

O valor de tal prorrogação será de **R\$ 1.276.866,42** (um milhão, duzentos e setenta e seis mil oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos) , conforme demonstração a seguir:

- (A) Valor mensal atual dos serviços: **R\$ 52.452,77**
- (B) Valor total dos serviços para 24 meses: **R\$ 1.258.866,42**
- (C) Valor previsto para horas extras em ano eleitoral: **R\$ 18.000,00**
- **(D) Valor total da prorrogação (B + C): R\$ 1.276.866,42**

Para os cálculos dos valores da prorrogação, utilizou-se como base as planilhas de custos da repactuação ([0530470](#)) e aplicou-se as reduções propostas nas negociações entre esta unidade e a contratada. Feito isto, as planilhas de custos e formação de preços para a prorrogação pretendida constam do evento [0530473](#).

Esclareça-se que, baseado no Acórdão nº 1214/2013-TCU – Plenário e bem assim o disposto no Anexo IX da Instrução Normativa 05/2017 SEGES/MPDG, não foi realizada pesquisa de mercado para demonstração da vantajosidade da prorrogação, pois tais normativos apresentam as seguintes regras, que se aplicam ao contrato em epígrafe (Limpeza):

*“A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:*

*a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;*

*b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais*





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e*

*c) no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.*

Para demonstrar o enquadramento à situação prevista no item “c” acima, apresentamos valores comparativos da prorrogação e dos estabelecidos em ato normativo da SEGES/MPDF ([0525639](#)), evidenciando valores inferiores da prorrogação, salientando que os valores do normativo ainda não estão atualizados pela CCT/2020.

	<b>VALORES DA PRORROGAÇÃO</b>	<b>VALORES MÁXIMOS SEGES/MPDG</b>
AREAS INTERNAS	R\$ 4,53	R\$ 5,26
AREAS EXTERNAS	R\$ 1,74	R\$ 2,34
ESQUADRIAS EXTERNAS SEM EXPOSIÇÃO AO RISCO (*)	R\$ 1,03	R\$ 1,19
FACHADAS ENVIDRAÇADAS COM EXPOSIÇÃO AO RISCO	R\$ 0,31	R\$ 0,32

(\*) somente sem exposição ao risco, conforme planilha/aba M<sup>2</sup> da Planilha de evento [0530473](#).

Para o custeio da prorrogação contratual relativa ao exercício de 2020 haverá a necessidade de reforço da Nota de Empenho 2020NE000128 no valor de R\$300.729,21 (trezentos mil setecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos)

Diante do exposto, encaminho os presentes autos a Vossa Senhoria, para análise e deliberação superior acerca dos Assuntos 1 e 2 acima.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 04/05/2020, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0530671** e o código CRC **A800ED6C**.

0000010-55.2018.6.22.8000

0530671v3

Criado por 004864972321, versão 3 por 004864972321 em 04/05/2020 16:23:32.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000010-55.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: **Pedido de Repactuação - CCT 2020 – Prorrogação contratual – Contrato nº 11/2018 – Contratada: E R P de Oliveira & Cia LTDA**

**PARECER JURÍDICO Nº 91 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa E R P de Oliveira & Cia Ltda. para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nos prédios da justiça Eleitoral em Porto Velho-RO, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 09/07/2018, nos termos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

registrados no Contrato Administrativo n. 11/2018 ([0304616](#)), o qual se encontra em plena vigência.

**02.** O interesse da prorrogação veio aos autos por meio dos e-mails da Coordenadoria de Serviços Gerais - COSEG ([0530210](#) e [0530211](#)) à representante da Contratada, nos quais informou o término da vigência do Contrato citado, solicitando manifestação expressa quanto ao interesse na prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, nos termos e condições já pactuados. Por meio de e-mail a contratada manifestou-se favoravelmente à prorrogação do contrato ([0511004](#) e [0530465](#)).

**03.** No decorrer das tratativas quanto aos valores referentes à prorrogação, a contratada ratificou o seu interesse na ampliação do contrato, concordou com os cálculos apresentados pela SEAP e solicitou a repactuação baseada na nova Convenção Coletiva de 2020 – RO00066/2020, consoante Carta. 021/2020 ([0530465](#)). Ainda, apresentou a referida Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2020/2020 ([0530509](#)) e planilhas de custos e formação de preços ([0420646](#)).

**04.** Na Informação nº 34/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0530671](#)), a chefe da Seção de Administração Predial – SEAP, unidade gestora do contrato em comento, informou sobre as tratativas para a prorrogação contratual e a solicitação de repactuação feita pela contratada.

**05.** Quanto à repactuação, a gestora informa que, após analisar as planilhas de custos apresentada, verificou inconsistências nos seus cálculos e enviou e-mail a empresa apresentando planilha corrigida ([0530496](#)). Em resposta, a empresa manifestou aquiescência com os novos valores e planilhas apresentadas, conforme consta no e-mail ([0530670](#)).

**06.** Ademais, noticiou que com a repactuação pretendida - em razão da alteração dos salários e do benefício de auxílio alimentação, previstos nas cláusulas terceira e décima quinta da CCT citada, bem como da manutenção do pagamento de adicional de insalubridade de 40% a todos os trabalhadores que realizam higienização de instalações sanitárias e limpeza de áreas hospitalares, previsto na cláusula décima segunda do mesmo normativo - o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará dos atuais R\$ 51.057,64 para R\$ 53.118,73, acarretando um aumento de **4,04% (quatro vírgula zero quatro por cento) no valor mensal** do serviço contratado, e, conseqüentemente, o valor da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação deverá sofrer uma **atualização de 1,05% (um vírgula zero cinco por cento)**.

**07.** Registrou a necessidade de pagamento da diferença a ser faturada pela contratada, oriunda da retroatividade da CCT/2020, e de reforço no empenho no valor de **R\$ 12.383,83**, para o custeio da referida repactuação.

**08.** Quanto à prorrogação contratual suscitada, na mesma informação ([0530671](#)), a unidade gestora sugeriu **a prorrogação pelo mesmo prazo inicial, 24 (vinte e quatro) meses**, apresentou memória de cálculo do período a ser prorrogado e informou que será necessário o reforço da Nota de Empenho n. 2020NE000128, no valor de **R\$ 300.729,21**, para custeio da despesa no exercício de 2020.

**09.** Mediante o Despacho nº 774/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0531074](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo, após, à esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

**10.** Por consequência, juntou-se aos autos as Programações Orçamentária para reforço solicitado ([0531169](#) e [0535543](#)) e a minuta de Termo Aditivo nº 02 do Contrato nº 11/2018 ([0534315](#)).

**11.** Por fim, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise quanto à possibilidade jurídica da repactuação e aprovação da minuta citada. **É o necessário relato.**

## **II – DA REPACTUAÇÃO**

**12.** Várias são as orientações da Corte de Contas Nacional a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos por via dos Acórdãos TCU nº 474/2005-Plenário e nº 1563/2004-Plenário.

**13.** Veja-se, ainda, o art. 55 da IN SLTI/MPOG n. 05/17:

Art. 55 - O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

**14.** Assim, pela análise técnica da gestão contratual, inclusive com relação aos cálculos, parece aplicável a regra da repactuação registrada no **Contrato Administrativo nº 11/2018**, o qual previu expressamente as situações de repactuação do ajuste nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – como, ademais, de outros componentes de custo do contrato, a exemplo dos insumos, conforme registro na sua **cláusula décima sexta** ([0304616](#)).

**15.** Dessa forma, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra e auxílio alimentação, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação ([0530212](#), [0530465](#), [0530214](#) e [0530509](#)) e na análise da unidade gestora da contratação ([0530496](#) e [0530670](#)), situação prevista expressamente pelo **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18**, pelo **Acórdão Plenário TCU 1.563/04** e pelo **art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, esta Assessoria Jurídica entende que estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreados por cláusula contratual.

**16.** Deferida a repactuação aqui analisada, entendemos que se devem majorar os valores contratados desde **01/01/2020**, para os postos de trabalho constantes do contrato originário. Isso porque o pedido fundamenta-se na CCT 2020/2020 da categoria com plena vigência a partir de mencionada data até 31/12/2020, conforme sua Cláusula 1ª ([0530509](#)). Nesse compasso, os períodos estão albergados pela regra permissiva do **art. 58, III, da IN MPOG/SLTI nº 005/17**, disposição analogicamente integrante do contrato celebrado pelas partes, *in verbis*:

Art. 58 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**17.** *In casu*, para os serviços prestados até a presente data a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no parágrafo único do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17, verbis:

**Parágrafo único.** Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente. (sem grifo no original)

### **III – DA PRORROGAÇÃO**

**18.** Conforme relatado, na Informação nº 34/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0530671](#)), a unidade registrou a necessidade de prorrogação, por mais 24 meses, do contrato de prestação de serviços em comento, firmado entre este Tribunal e a empresa E R P de Oliveira & Cia Ltda.

**19.** Depreende-se não haver óbice à pretensão da Administração.

**20.** A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

**21.** O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo as atividades de conservação das urnas eletrônicas de propriedade desta Justiça Especializada. Veja-se a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

**22.** O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de 09/07/2018, com prazo de duração de 24 (vinte e quatro) meses, será prorrogado pela primeira vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial. Também, verifica-se, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, com a pretensa prorrogação não será ultrapassado, pois totalizará o íterim de 48 (quarenta e oito) meses.

**23.** O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosas para a Administração.**

**24.** Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, referida aferição dever ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado:**

### **Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:**

**1.1.1.7.** Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

### **Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:**

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**25.** Contudo, em profunda análise do tema, o TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário**. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:

### **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:**

**9.1.17** a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

**9.1.17.1** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

**9.1.17.2** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

**9.1.17.3 no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (sem grifo no original)**

**26. Referidas orientações foram normatizadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, a qual revogou aquele normativo, cujo item 7 do Anexo IX, assim dispõe:**

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

**a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;**

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e

**c) no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

**27. Destarte, o contrato em análise preenche os requisitos normativos definidos no item supra do Anexo IX, da IN MPDG/SLTI nº 05/2017, uma vez que a cláusula 16ª do ajuste em comento estabelece o reajuste em sentido estrito por meio de Convecção Coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, situação analisada neste opinativo no tópico acima, e os valores da contratação na prorrogação estão abaixo dos valores máximos estabelecidos pelo ato normativo da SEGES/DPDF, como se verifica na Informação nº 34/2020 – SEAP ([0530671](#)).**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**28.** Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

### **IV – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**

**29.** Ressalte-se que o Contrato n. 11/2018 ([0304616](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

**CLÁUSULA OITAVA** – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a futura Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

(...)

d) a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

(...)

**30.** A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA N. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

**31.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)** (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008  
**Plenário.** (Grifou-se)

**32.** Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar complementação e renovação da garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela **cláusula oitava** do ajuste, conforme já sistematizado na cláusula sexta da minuta constante do evento [0534315](#).

## **V - ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO**

**33.** Por celeridade, juntou-se aos autos minuta do 2º Termo Aditivo ([0534315](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

**34.** Todavia, está presente um erro material, devendo ser corrigido antes de sua assinatura. Assim, é necessária a substituição, na cláusula sétima da minuta em apreço, da fundamentação legal referente ao art. 5º do Decreto Federal nº 2.271/1997 pelo art. 12 do Decreto nº 9.507/2018, uma vez que este revogou aquele.

**35.** Destarte, a minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2018 está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

## **VI – DA CONCLUSÃO**

**36.** Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente na informação da unidade Gestora do Contrato ([0530671](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente ([0531169](#) e [0535543](#)), esta Assessoria Jurídica opina:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) pelo **deferimento da repactuação** nos exatos termos demonstrados na informação da unidade gestora ([0530671](#)) e planilha de cálculos ([0530470](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2020 ([0530509](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na **cláusula vigésima quarta** do referido contrato;

b) pela consequente **atualização dos valores do Contrato nº 11/2018**, nos termos da Informação nº 34 ([0530671](#)) e planilha de cálculos ([0530470](#));

c) pela observância da seguinte orientação: como a repactuação pleiteada é retroativa 01/01/2020 e, considerando que a contratada já está pagando a mão de obra vinculada ao contrato, os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2020 desde **01/01/2020, a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação**, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17; e

d) pela possibilidade jurídica da **prorrogação contratual por mais 24 (vinte e quatro) meses**, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento na cláusula 16ª do Contrato nº 11/2018, posto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**37.** Ademais, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ([0534315](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados. Porém, deverá ser atualizada a fundamentação contida na sua cláusula sétima, substituindo o art. 5º do Decreto Federal nº 2.271/1997 para art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/2018.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**38.** Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada na Cláusula Sexta da minuta do Termo Aditivo nº 02 com previsão na **cláusula oitava, letra “d”**, do Contrato nº 11/2018.

**39.** Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 15/05/2020, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 15/05/2020, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0535673** e o código CRC **8E7E7ACD**.

0000010-55.2018.6.22.8000

0535673v23

Criado por 014827562356, versão 23 por 004577222313 em 15/05/2020 16:44:19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000010-55.2018.6.22.8000



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: E R P DE OLIVEIRA & CIA. LTDA. Prorrogação contratual e solicitação de repactuação decorrente da alteração dos valores na CCT SINTELPES-SEAC 2020/2020.

**DECISÃO Nº 90 / 2020 - PRES/ASSPRES**

Trata-se de pedido de prorrogação do Contrato Administrativo nº 11/2018 ([0304616](#)), firmado com a empresa E R P de Oliveira & Cia. Ltda. - CNPJ nº 10.927.661/0001-10, tendo por objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em edificações, sem fornecimento de material de limpeza, nos prédios da Justiça Eleitoral em Porto Velho-RO, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 09/07/2018.

O interesse na prorrogação foi registrado nos autos através de e-mails da Coordenadoria de Serviços Gerais - COSEG ([0511003](#) e [0530210](#)) à representante da Contratada, nos quais informou a data do término da vigência do Contrato citado, solicitando manifestação expressa quanto ao interesse na prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, nos termos e condições já pactuados. Em resposta, mediante e-mail, a contratada manifestou-se favoravelmente à prorrogação do contrato ([0511004](#) e [0530465](#)).

Por ocasião da negociação dos valores referente à prorrogação contratual, a empresa contratada ratificou o interesse na ampliação do contrato, concordou com os cálculos apresentados pela Seção de Administração Predial – SEAP (unidade gestora do contrato) e solicitou, mediante Carta. 021/2020 ([0530465](#)), a repactuação de valores referentes ao Contrato n. 11/2018 (evento [0304616](#)), em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2020/2020 ([0530509](#)), apresentando planilhas de custos e formação de preços da repactuação pretendida ([0530214](#)).

Em razão disso, a SEAP deste Tribunal elaborou a Informação 34/2020 ([0530671](#)), na qual noticia as tratativas para a prorrogação contratual e a solicitação de repactuação feita pela contratada. Quanto à repactuação, a unidade gestora informa que, após analisar as planilhas de custos apresentada, verificou inconsistências nos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cálculos e enviou e-mail para a empresa apresentando planilha corrigida ([0530496](#)). Notícia, também, que em razão da repactuação 2020, o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará dos atuais R\$ 51.057,64 para R\$ 53.118,73, acarretando um aumento de **4,04% (quatro vírgula zero quatro por cento) no valor mensal** do serviço contratado e, conseqüentemente, o valor da contratação deverá sofrer uma **atualização de 1,05% (um vírgula zero cinco por cento)**. Registra, ainda, a necessidade de pagamento da diferença a ser faturada pela contratada, oriunda da retroatividade da CCT/2020 e de reforço no empenho no valor de **R\$ 12.383,83**, para o custeio da referida repactuação.

Quanto à prorrogação contratual suscitada, a unidade gestora sugere **a prorrogação pelo mesmo prazo inicial, de 24 (vinte e quatro) meses**, apresenta memória de cálculo do período a ser prorrogado e consigna que será necessário o reforço da Nota de Empenho n. 2020NE000128, no valor de **R\$ 300.729,21**, para custeio da despesa no exercício de 2020.

Além disso, nessa mesma informação (evento [0530671](#)), a SEAP esclarece que, com base no Acórdão TCU nº 1214/2013-Plenário, bem como o disposto no Anexo IX da Instrução Normativa 05/2017 SEGES/MPDG, **não foi realizada pesquisa de mercado para demonstração da vantajosidade da prorrogação, pois tais normativos apresentam as seguintes regras, que se aplicam ao contrato em epígrafe (Limpeza):**

*“A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:*

- a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;*
- b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e*
- c) no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.*

Para demonstrar o enquadramento à situação prevista no item “c” acima, apresentamos valores comparativos da prorrogação e dos estabelecidos em ato normativo da SEGES/MPDF ([0525639](#)), evidenciando valores inferiores da

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prorrogação, salientando que os valores do normativo ainda não estão atualizados pela CCT/2020.

	<b>VALORES DA PRORROGA ÇÃO</b>	<b>VALORE S MÁXIMO S SEGES/M PDG</b>
AREAS INTERNAS	R\$ 4,53	R\$ 5,26
AREAS EXTERNAS	R\$ 1,74	R\$ 2,34
ESQUADRIA S EXTERNAS SEM EXPOSIÇÃO AO RISCO (*)	R\$ 1,03	R\$ 1,19
FACHADAS ENVIDRAÇA DAS COM EXPOSIÇÃO AO RISCO	R\$ 0,31	R\$ 0,32

(\*) somente sem exposição ao risco, conforme planilha/aba M<sup>2</sup> da Planilha de evento [0530473](#).

A contratada manifestou aquiescência com os novos valores e planilhas apresentadas pela SEAP, conforme consta no e-mail juntado no evento [0530670](#).

Na sequência, foram juntadas as programações orçamentárias ([0531169](#) e [0535543](#)), para reforço da Nota de Empenho 2020NE000128, e a minuta do Termo Aditivo n. 2 ([0534315](#)).

Após análise, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral emitiu Parecer Jurídico (evento [0535673](#)) em que opina pelo deferimento da repactuação nos exatos termos demonstrados na informação da unidade gestora ([0530671](#)) e planilha de cálculos ([0530470](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2020 ([0530509](#)), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, ademais, reprise-se, com expressa previsão na Cláusula Vigésima Quarta do referido contrato; pela consequente atualização dos valores do Contrato nº 11/2018, nos termos da Informação nº 34/2020 ([0530671](#)) e planilha de cálculos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0530470](#)); pela observância da seguinte orientação: como a repactuação pleiteada é retroativa a 1º/1/2020 e, considerando que a contratada já está pagando a mão de obra vinculada ao contrato, os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2020 desde 1º/1/2020, a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da IN MPOG/SLTI nº 005/17; e pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 24 (vinte e quatro) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento na Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 11/2018, posto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Ao final, aprova os termos da minuta do Termo Aditivo juntada aos autos (evento [0534315](#)), para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, com a ressalva de que deverá ser atualizada a fundamentação contida na sua **Cláusula Sétima**, substituindo o art. 5º do Decreto Federal nº 2.271/1997 pelo **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/2018**.

Tanto a SAOFC (evento [0536420](#)) quanto a Diretoria-Geral (Manifestação 116/2020, evento [0537164](#)) manifestaram-se pela **prorrogação do Contrato** n. 11/2018 ([0304616](#)), por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados de **10/07/2020 a 09/07/2022**, com fundamento no inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira do contrato supracitado, nos termos da minuta de Termo Aditivo n. 02/2020 ([0534315](#)); pelo **deferimento da repactuação, no percentual de 4,04% (quatro vírgula zero quatro por cento)**, sobre o valor mensal dos serviços contratados, incidindo **atualização de 1,05%** (um inteiro e cinco centésimos pontos percentuais) no valor do contrato em questão, de acordo com a **Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020** ([0530509](#)), com fundamento no [caput do art.12 do Decreto n. 9.507/2018](#), [Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário](#) e ainda no [art. 54 e seguintes da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017](#) e Cláusula Décima Sexta do Contrato n. 11/2018; pela **atualização dos valores do Contrato Administrativo n. 11/2018** ([0304616](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 1.289.782,58** (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), nos termos do quadro demonstrativo da unidade gestora ([0530671](#)); pela **autorização do pagamento** apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do [parágrafo único do art. 58 da](#)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instrução Normativa MPDG n. 05/2017, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **01/01/2020**; pelo **reforço da Nota de Empenho** 2020NE000128, no valor total de **R\$ 313.113,04** (trezentos e treze mil cento e treze reais e quatro centavos), sendo o valor de **R\$ 12.383,83** (doze mil trezentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos), para custear a repactuação do referido contrato e o valor de **R\$ 300.729,21** (trezentos mil setecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos) para o custeio da prorrogação contratual, relativa ao exercício financeiro de 2020, consoante Informação 34/2020/SEAP ([0530671](#)); pela **notificação da Contratada para complementação da garantia contratual**, no valor de **R\$ 64.489,13** (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e nove reais e treze centavos), no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do Termo Aditivo, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) e Cláusula Oitava do Contrato n. 11/2018 ([0304616](#)); e **verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

Diante do exposto, decido:

**I – deferir a prorrogação do Contrato** n. 11/2018 ([0304616](#)), por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados de **10/07/2020 a 09/07/2022**, com fundamento no inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira do contrato supracitado, nos termos da minuta de Termo Aditivo n. 02/2020 ([0534315](#)), com a ressalva de que deverá ser atualizada a fundamentação contida na sua **Cláusula Sétima**, substituindo o art. 5º do Decreto Federal nº 2.271/1997 pelo **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/2018, em observância ao item 34 do Parecer Jurídico da AJDG (evento [0535673](#))**;

**II – deferir a repactuação solicitada, no percentual de 4,04% (quatro vírgula zero quatro por cento), sobre o valor mensal dos serviços contratados, incidindo atualização de 1,05% (um inteiro e cinco centésimos pontos percentuais) no valor do contrato em questão, de acordo com a **Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020** ([0530509](#)), com fundamento no caput do art. 12 do Decreto n. 9.507/2018; Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e ainda no [art. 54 e seguintes da](#)**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[Instrução Normativa MPDG n. 05/2017](#) e Cláusula Décima Sexta do Contrato n. 11/2018;

**III – deferir a atualização dos valores do Contrato Administrativo n. 11/2018 ([0304616](#))**, fixando seu novo valor em **R\$ 1.289.782,58** (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), nos termos do quadro demonstrativo da unidade gestora ([0530671](#));

**IV – autorizar o pagamento** apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **1º/1/2020**;

**V – determinar o reforço da Nota de Empenho 2020NE000128**, no valor total de **R\$ 313.113,04** (trezentos e treze mil cento e treze reais e quatro centavos), sendo o valor de **R\$ 12.383,83** (doze mil trezentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos), para custear a repactuação do referido contrato e o valor de **R\$ 300.729,21** (trezentos mil setecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos) para o custeio da prorrogação contratual, relativa ao exercício financeiro de 2020, consoante Informação 34/2020/SEAP ([0530671](#));

**VI – determinar a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual**, no valor de **R\$ 64.489,13** (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e nove reais e treze centavos), no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do Termo Aditivo, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com fundamento no § 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Oitava do Contrato n. 11/2018 ([0304616](#)); e

**VII – determinar a verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À Diretoria-Geral e SAOFC, para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta Decisão.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cumpra-se.

Porto Velho, 26 de maio de 2020.

**Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/06/2020, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 04/06/2020, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0539572** e o código CRC **60448D77**.

0000010-55.2018.6.22.8000

0539572v30

Criado por 010141172305, versão 30 por 010141172305 em 01/06/2020  
17:47:58.



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 09Jun20 NUMERO: 2020NE000408  
ESPECIE : 02 - REFORCO EMPENHO ORIGINAL: 2020NE000127  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 10927661/0001-10 - E. R. P. DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA  
ENDERECO : SANTOS DUMONT 1709 TERREO PEDRINHAS  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76801-462  
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMISSION DE NOTA EMPENHO PARA REFORCAR NE NR 2020NE000127, SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, CONFORME PARECER 91 DA AJDG(0535673), DECISÃO 90 DA DG(0539572) E DESPACHO 958 DA SAOFC(0544670) DO PROC. SEI NR 0000010-55.2018.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339037 000000 IEF LIMPEZ  
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: PREGAO  
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00000105520186228000  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR REFORCO : 313.113,04  
TREZENTOS E TREZE MIL, CENTO E TREZE REAIS E QUATRO CENTAVOS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339037 SUBITEM: 02 -LIMPEZA E CONSERVACAO  
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 313.113,04  
VALOR DO SEQ. : 313.113,04

ACRÉSCIMO DE 4,04%, - DESPESA COM REPACTUAÇÃO/PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.11/2018 SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, ANEXO II (ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE URNAS) E FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO; ANEXO III (SEÇÃO DE TRANSPORTE/ESTACIONAMENTO) E III CENTRO DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL/ARQUIVO CENTRAL, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, CONTADOS DE 10/07/2020 A 09/07/2022.

T O T A L : 313.113,04

LIA MARIA ARAUJO  
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES  
ORDENADOR

FRANCISCO  
PARENTES DA COSTA  
FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO

Assinado eletronicamente por FRANCISCO  
PARENTES DA COSTA FILHO em 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de emissão: 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de validação: 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de cancelamento: 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de exclusão: 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de recuperação: 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de restauração: 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de exclusão: 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de recuperação: 16/07/2020 às 14:05:33  
Data e hora de restauração: 16/07/2020 às 14:05:33



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Publicação do Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 11/2018, assinado em 18/06/2020. Contratada: E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ n. 10.927.661/0001-10. Objetos: I) Registrar a REPACTUAÇÃO de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento) sobre o valor mensal dos serviços do Contrato n. 11/2018 (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 01/01/2020, em face da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTELPES-SEAC 2020/2020; e II) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 11/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 10/07/2020 até 09/07/2022. Valor total: R\$ 1.289.782,58. PROGRAMA DE TRABALHO 002122003320GP0011, NATUREZA DA DESPESA 33.90.37-02, conforme Nota de Empenho 2020NE000408, de 09/06/2020. Fundamentação: Cláusula Décima Sexta do Contrato originário, no art. 65, II, “d”, da Lei n. 8.666/93, no art. 12 do Decreto nº 9.507/2018, no Acórdão TCU n. 1563/2004 e no art. 53 e seguintes, da Instrução Normativa n. 05/2017/SLTI/MPOG (quanto à repactuação CCT 2020) e com fundamento no art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 11/2018 (quanto à Prorrogação). Ato de Autorização DECISÃO Nº 90/2020/ASSPRES, de 04/06/2020. Signatários: pelo Contratante, Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO. Processo SEI n. 0000010-55.2018.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 18/06/2020, às 17:38, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0549463** e o código CRC **6E16027B**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0000010-55.2018.6.22.8000

0549463v4

---

Criado por 006007062364, versão 4 por 006007062364 em 18/06/2020 17:37:50.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 117, segunda-feira, 22 de junho de 2020

65, 65\$, da Lei nº 8.666/93; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Daniel Monteiro Sales - Titular, pela Contratada; Assinatura: (Ratificação:) 30/03/2020.

Processo nº 19.0.00009403-2; Termo Aditivo 2º TA ao contrato 139/18; Contratada: 3A Locação e Mão de Obra Elreli; Vigência: A partir da data de assinatura; Objeto: Revisão dos valores; Valor: R\$43,04; Classificação: Não há; PT: Não há; NE: Não há; Fundamento Legal: Art. 65, 65\$, da Lei nº 8.666/93; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Daniel Monteiro Sales - Titular, pela Contratada; Assinatura: 30/03/2020.

Processo nº 19.0.00009404-0; Termo Aditivo 3º TA ao contrato 163/16; Contratada: 3A Locação e Mão de Obra Elreli; Vigência: A partir da data de assinatura; Objeto: Revisão dos valores; Valor: 209,10; Classificação: Não há; PT: Não há; NE: Não há; Fundamento Legal: Art. 65, 65\$, da Lei nº 8.666/93; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Daniel Monteiro Sales - Titular, pela Contratada; Assinatura: 27/03/2020.

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO  
PREGÃO Nº 22/2020

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 0015857-85.2019, publicada no D.O.U. de 03/06/2020. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa que atue como agente de integração para operacionalização de programa de estágio de estudantes, obrigatório ou não, sob o regime de empreitada por preço unitário, de acordo com as características mínimas descritas no anexo I - Termo de Referência. Novo Edital: 22/06/2020 das 08h00 às 15h00 e de 15h01 às 17h59. Endereço: Rua João Diogo, 288 Campina - BELEM - PA/Entrega das Propostas a partir de 22/06/2020 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 02/07/2020, às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

ROBSON DE FREITAS COSTA  
Pregoeiro

(SIDEC - 19/06/2020) 070004-05060-2020NE999999

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2020

Nº PAD 10291/2019. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: ANATÁLIA DA CONCEIÇÃO SOUZA. CNPJ da Contratada: 33.154.265/0001-01. Objeto: Prestação de serviços de intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) durante as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, e eventos com público externo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Valor: R\$ 68.461,04. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 19/06/2020 a 18/02/2022. Data de Assinatura: 19/06/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020

Nº PAD 4078/2019 - Originário do Contrato 88/2018. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: PH RECURSOS HUMANOS EIRELI. CNPJ da Contratada: 05.443.410/0001-20. Objeto: Revisão do Item 03 - Telefonistas e Repactuação contratual, do contrato de prestação de serviços de alocação e gestão de postos de trabalho especializados (carregador, telefonista, recepcionista e encarregado), para a prestação de serviços gerais para atender as necessidades do TRE-PR. Valor da Revisão e Repactuação: R\$ 2.567,92 (telefonista), R\$ 2.620,71 (Carregadores), R\$ 2.431,17 (Recepcionistas) e R\$ 3.613,16 (Encarregado). Fundamento Legal: artigo 65, inciso II, alínea "d" e 5ª da Lei 8.666/93. Vigência da Revisão e Repactuação: 01/01/2020. Data de Assinatura: 09/06/2020.

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CESSÃO

Termo de Cessão de Uso nº 02/2020. SEI nº 0031276-35.2017.6.17.8000. CESSIONÁRIO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE. CEDENTE: O MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA/PE. CNPJ: 35.444.991/0001-86. Objeto: A cessão do imóvel localizado na Rua José Marcelino Pereira, nº 85, Centro, Carnaubeira da Penha/PE, cujo posse mansa e pacífica pertencem a Cedente. Período: de 09/03/2020 a 31/07/2020. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: nas cláusulas do Termo de Cessão de Uso, nos preceitos de direito público e, supletivamente, nos princípios da teoria geral dos Contratos. DATA DE ASSINATURA: 09/03/2020. SIGNATÁRIOS: pelo TRE/PE, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral e pelo Município de Carnaubeira da Penha/PE, Manoel José da Silva, Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 027/2020. SEI 0005258-69.2020.6.17.8000. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e ENGEPP - EMPRESA DE GEOLOGIA E PERFURAÇÃO DE POÇOS LTDA. CNPJ: 05.424.472/0001-95. Objeto: a prestação de serviços de limpeza e manutenção em poços tubulares, perfurados em rocha sedimentar, localizados no Casarão da Av. Rui Barbosa e no Fórum Eleitoral de Palmares e serviços de limpeza, manutenção, testes de bombeamento e renovação da outorga de uso de recursos hídricos junto à APAC do poço da sede deste tribunal. VIGÊNCIA: 150 dias, contados a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, I, do Lei nº 8.666/93. VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 14.756,50. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122003320GPO026. Natureza da despesa: 339099. Nota de empenho: 2020NE000591, de 14/05/2020. Valor do empenho: R\$ 14.756,50. DATA DE ASSINATURA: 16/06/2020. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral e pela Contratada, Pedro Neto de Souto Castro, Representante legal.

EXTRATO DE COOPERAÇÃO

Termo de Cooperação nº 02/2020. SEI nº 0023413-57.2019.6.17.8000. PARTES: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE E O MUNICÍPIO DE SERRITA/PE. CNPJ: 11.361.250/0001-73. Objeto: a disponibilização de TERCEIRIZADOS, em caráter provisório, visando a prestação de serviços de apoio ao cadastramento biométrico do eleitor, no âmbito da 76ª Zona Eleitoral, com sede na Avenida Coronel Chico Romão, s/n, Centro, Serrita (PE). VIGÊNCIA: de 20/02/2020 a 06/05/2020. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Constituição Federal de 1988, da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 7.444/85, da Resolução TSE nº 23.440/15. DATA DE ASSINATURA: 20/02/2020. SIGNATÁRIOS: pelo TRE/PE, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral e pelo Município de Serrita/PE, Erivaldo de Oliveira Santos, Prefeito.

#### SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE nº 2020NE0669 emitida em 15/06/2020. SEI nº0013318-31.2020.6.17.8000. CONTRATADA: S. SCHNEIDER CRUZ. Valor: R\$4.460,00. OBJETO: Material de Expediente. FUNDAMENTO LEGAL: Ata de Registro de Preços 31/20, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 03/20 do TRE/PE. PTRES:167864. Elemento de despesa:3390.30.

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020 - UASG 70008

Nº Processo: 3735/2020. Objeto: Aquisição de material de copa e cozinha - SRP. Total de Itens Licitados: 17. Edital: 22/06/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Rui Barbosa, 215 - Tirol Cep: 59.015-29, - Natal/RN ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70008-5-00035-2020](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70008-5-00035-2020). Entrega das Propostas: a partir de 22/06/2020 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 07/07/2020 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELO  
Diretora-geral

(SIASGnet - 19/06/2020) 70008-00001-2020NE111111

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ELETRÔNICO: 0009023-71.2019.6.21.8000. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da guilhotina elétrica do TRE-RS. CONTRATADA: JP Comercio e Servicos de Informatica Ltda., CNPJ 09.256.903/0001-02. JUSTIFICATIVA: Impossibilidade de repetição do certame sem causar prejuízo a administração. VALOR: R\$ 2.122,00 por mês mais valor anual de gastos com peças estimado em R\$ 12.400,00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 24, V, e 26, da Lei nº 8.666/93. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação: 02.122.0570.20GPO043 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Rio Grande do Sul. Elemento: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Plano: 0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa. DECLARAÇÃO DE DISPENSA: Vital Cappellari Contem - Secretário de Administração. RATIFICADO: Josemar dos Santos Riesgo - Diretor-Geral em 12.06.2020 e 17.06.2020.

#### COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 37/2015, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 120ª ZE, em Horizontina-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Valdir Milton Wentz. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. André Luiz Planella Villalino e Sr. Valdir Milton Wentz. Proc. SEI n. 002674-52.2015.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 18-6-2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 04 ao Contrato n. 14/2008, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 124ª ZE, em Mostardas-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Agildo Nazareth Machado, a Sra. Rosemeri Lemos Machado, o Sr. Vilson Domingos Nazareth Machado, e a Sra. Lúcia Terra Machado. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original e alterar o valor da remuneração, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. André Luiz Planella Villalino e Sr. Jaime Marcos Gomes. Proc. SEI n. 0002187-82.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 18-6-2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 05 ao Contrato n. 70/2008, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 124ª ZE, em Mostardas-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Agildo Nazareth Machado, a Sra. Rosemeri Lemos Machado, o Sr. Vilson Domingos Nazareth Machado, e a Sra. Lúcia Terra Machado. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original e alterar o valor da remuneração, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. André Luiz Planella Villalino e Sr. Agildo Nazareth Machado. Proc. SEI n. 0002455-39.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 18-6-2020.

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 2020. 0.000013509-5. OBJETO: Prestação de serviços de serviços postais. CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. FUND. LEGAL: Art. 24, Inciso VIII, da Lei nº 8.666/93. VALOR ESTIMADO GLOBAIS: R\$ 1.503.975,00 (um milhão, seiscientos e três mil, novecentos e setenta e cinco reais). VALOR ESTIMADO PARA 2020: R\$492.083,64 (quatrocentos e noventa e dois mil, oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos). VALOR ESTIMADO PARA 2021/2022: R\$ 1.346.891,36 (um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos). DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: Adriana Freitas Brandão Correia - Diretora-Geral. RATIFICAÇÃO: Des. Claudio Brandão de Oliveira.

PROCESSO Nº 2019.0.000057782-0. OBJETO: Locação de imóvel para abrigar o polo de Trabalho. LOCADORA: Aline Matias de Freitas. CPF 043.854.767-56, representada por Antonio Garcia de Freitas Netto. CPF: 235.389.027-04. FUND. LEGAL: Art. 24, Inciso X, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 65.100,00. VALOR PARA 2020: R\$55.800,00. VALOR PARA 2021: R\$9.300,00. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: Adriana Freitas Brandão Correia, Diretora-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, Presidente.

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO 11/2018, de 18/06/20. Contratada: E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ 10.927.661/0001-10. Objetos: I) Registrar a REPACTUAÇÃO de 4,04% sobre o valor mensal dos serviços do Contrato n. 11/2018, e contar de 01/01/2020; e II) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 11/2018 por mais 24 meses, a contar de 10/07/2020. Total: R\$ 1.289.782,58. PROGRAMA DE TRABALHO 002122003320GPO011, NATUREZA DA DESPESA 33.90.37-02, Nota de Empenho 2020NE00408, de 09/06/2020. Fundamentação: Cláusula Décima Sexta do Contrato originário, no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93, no art. 12 do Decreto nº 9.507/2018, no



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.tre-ror.br/autenticidade.html>, pelo código 0530202006220015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,  
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.







# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 117, segunda-feira, 22 de junho de 2020

Acórdão TCU n. 1563/2004 e no art. 53 e seguintes, da Instrução Normativa n. 05/2017/SLT/MPG e com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Terceira do Contrato nº 11/2018. Autorização DECISÃO 90/ASSPRES, de 04/06/2020. Signatários: Desembargador MARCOS ALADIR DINIZ GRANGEIA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO. Processo 0000010-55.2018.6.22.8000.

### DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 10/2020/TRE-RO, assinado 19/06/2020. ARP 76/19, decorrente do Pregão 21/19. Contratada: HOME OFFICE MÓVEIS LTDA, CNPJ n. 66.455.593/0001-99. Objeto: Aquisição de material permanente - tipo MOBILIÁRIO. Fundamento Legal: Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos 10.024/2019, 3555/2000 e 7.892/2013 e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato. Vigência: 90 dias, iniciando-se em 19/06/2020. Valor Total: R\$ 155.354,00. Programa de Trabalho: 0212205320GPO011. Elemento de Despesa: 44.90.52-42. Nota de Empenho 2020NE000414, de 18/06/2020. Homologação: Despacho 5057/19 /DG, de 10/11/19. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e pela Contratada, PIERRE AIRAM CARVALHO OLIVEIRA. Processo SEI: 0002640-50.2019.6.22.8000.

#### EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 11/2020/TRE-RO, assinado 19/06/2020. ARP 76/19, decorrente do Pregão 21/19. Contratada: OMP DO BRASIL LTDA, CNPJ n. 05.075.877/0001-65. Objeto: Aquisição de material permanente - tipo MOBILIÁRIO. Fundamento Legal: Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos 10.024/2019, 3555/2000 e 7.892/2013 e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato. Vigência: 90 dias, iniciando-se em 19/06/2020. Valor Total: R\$ 44.621,50. Programa de Trabalho: 0212205320GPO011. Elemento de Despesa: 44.90.52-42. Nota de Empenho 2020NE000413, de 18/06/2020. Homologação: Despacho 5057/19 /DG, de 10/11/19. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e pela Contratada, FABIO ANDRÉ MASSOCHINI. Processo SEI: 0002636-13.2019.6.22.8000.

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato da ARP n. 23/2020, Pregão Eletrônico TRE-RO 21/2020. Processo SEI 0000594-2020.6.22.8000. Objeto: Material Permanente TI. ARP 23/2020 - Adjudicatária: LICITAMAI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. CNPJ: 13.201.732/0001-91. Objeto: I) Item 01 do Edital. 1. CÂMERA WEB. Marca: Logitech. Unid. Quant. 150. Vir. Unit. R\$ 391,82. Valor Total da ARP R\$ 58.773,00. Vigência ARP: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, em 17/06/2020 e pelo representante da empresa.

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato da ARP n. 24 e 25/2020, Pregão Eletrônico TRE-RO 20/2020. Processo SEI 0000420-79.2019.6.22.8000. ARP 24/2020 - Adjudicatária: LICER COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA. CNPJ: 28.950.671/0001-07. Objeto: Item 01 do Edital. Chave Philips 3/16 x 3". Marca Trimontina. Unid. Quant. 1000. Vir. Unit. R\$ 6,49. ARP 25/2020 - Adjudicatária: SHIGEMOTO & CIA. LTDA. CNPJ: 28.787.127/0001-11. Objeto: Item 03 do Edital. Cola. Marca: Rendicoll. Unid. Kg. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 41,00. Vir. total das ARPs R\$ 7.310,00. Vigência ARP: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, em 17/06/2020 e pelo representante da empresa.

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato da ARP n. 26 e 27/2020, Pregão Eletrônico TRE-RO 16/2020. Processo SEI 0000980-84.2020.6.22.8000. ARP 26/2020 - Adjudicatária: SOLUÇÕES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 29.216.554/0001-18. Objeto: Item 21 do Edital. Lâmpada fluorescente T5 14 Watts. Marca: Empalux. Unid. Quant. 400. Vir. Unit. R\$ 9,45. ARP 27/2020 - Adjudicatária: GOLED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 32.617.419/0001-83. Objeto: Item 04 do Edital. Cabo Flexível 3 x 1,5 mm². Marca: Indusflex. Peça c/ 100m. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 273,62. Item 06 do Edital. Cabo Flexível 4 x 4,0 mm². Marca: Indusflex. Peça c/ 100m. Quant. 10. Vir. Unit. R\$ 880,57. Item 07 do Edital. Cabo Flexível 2 x 1,5 mm². Marca: Indusflex. Peça c/ 100m. Quant. 12. Valor Unit. R\$ 165,17. Item 08 do Edital. Cabo Flexível 3 x 4 mm². Marca: Indusflex. Peça c/ 100m. Quant. 12. Vir. Unit. R\$ 799,50. Item 18 do Edital. Cabo Flexível de cobre isolado. Marca: Indusflex. Rolo de 100m. Quant. 12. Vir. Unit. R\$ 475,95. Item 19 do Edital. Cabo Flexível de cobre isolado. Marca: Indusflex. Peça c/ 100m. Quant. 12. Vir. Unit. R\$ 641,70. Item 22 do Edital. Lâmpada LED, bulbo A60. Marca: Empalux. Unid. Quant. 360. Vir. Unit. R\$ 6,98. Item 23 do Edital. Lâmpada LED, bulbo, potência 30W, cor branca. Unid. Quant. 200. Vir. Unit. R\$ 30,825. Item 37 do Edital. Refletor Holofote LED 100W. Marca: Empalux. Unid. Quant. 30. Vir. Unit. R\$ 138,97. Vir. total das ARPs R\$ 55.894,04. Vigência ARP: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, em 17/06/2020 e pelos representantes das empresas.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Superintendência Estadual de Santa Catarina. CNPJ da Contratada: 34.028.316/0028-23. Objeto: Prestação de serviços e venda de produtos. Fundamentação legal: art. 24, Inc. VIII, da Lei n. 8.666/1993. Programas de Trabalho: 02.122.0033.20GPO042 e 02.061.0033.4269.0001. Natureza da Despesa: 3.3.90.39. N. dos Empenhos: 2020NE000583, 2020NE000584, 2020NE000585 e 2020NE000586. Data dos Empenhos: 29/05/2020. Valor estimado total: R\$ 6.150.000,00. Data da assinatura: 01/06/2020. Vigência: 03/06/2020 a 01/06/2025. PAE n. 834/2020. Contrato n. 028/2020.

#### RESULTADO DE JULGAMENTO

##### PREGÃO Nº 28/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados e continuados na área de comunicação (jornalismo). Data do julgamento: 16/06/2020. Empresa vencedora: WS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE

Pregoeira

(SIDEC - 19/06/2020) 070020-00001-2020NE999999

#### RETIFICAÇÃO

No Extrato de Inexigibilidade de Licitação relativo ao PAE n. 20.328/2020, publicado no D.O.U. de 12/06/2020, Seção 3, p. 98, onde se lê "Valor: R\$ 3.430,00", leia-se "Valor: R\$ 2.793,00", em razão de ajuste na quantidade de trilhas contratadas.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020 - UASG 70020

Nº Processo: 20910/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de pintura interna e externa, com fornecimento de mão de obra e materiais, para o galpão onde estava instalado o Almoarifado do TRES. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 22/06/2020 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior N.º 80, Centro Florianoópolis/SC ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00036-2020](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00036-2020). Entrega das Propostas: a partir de 22/06/2020 às 12h00 no site

[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 03/07/2020 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: O Edital, o Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos também estão disponíveis no site [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) (Transparência - Contas públicas - Licitações - Pregões - 2020).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE  
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASGnet - 18/06/2020) 70020-00001-2020NE999999

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

#### DIRETORIA-GERAL

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

#### AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo resolve aplicar à Armazena Indústria de Móveis Ltda.-EPP, CNPJ 15.595.248/0001-10, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo período de 3 (três) meses, a contar desta publicação, bem como a multa compensatória, prevista no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de R\$ 1.035,00. As penalidades resultam da apuração de irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico Federal nº 61/2018, mediante processo administrativo SEI 0002420-07.2020.6.26.8000.

São Paulo, 18 de Junho de 2020.

ALESSANDRO DINTEFF

Secretário de Administração de Material

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

#### EXTRATO DE CESSAO

Termo de Cessao de Uso 2/2020, firmado entre o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Objeto: cessao de uso de espaço físico, a título gratuito e precário, de uma sala medindo 17,13m, nas dependências do Fórum Des. Jose Antonio de Andrade Goes, localizado na Praça Monsenhor Jose Moreno de Santana s/n, Centro, Mispolândia - SE, exclusivamente para implantação, pelo Cessatário, do arquivo da 15ª Zona Eleitoral de Sergipe. Vigência: 10/6/2020 a 9/6/2020. Data de Assinatura: 10/6/2020. Signatários: Des. Osório de Araújo Ramos Filho - TJ-SE e Des. Jose dos Anjos - TRE-SE.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

#### EXTRATO DE CONTRATO

SEI nº 0002633-83.2020.6.27.8000. Contrato 24/2020. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Contratada: H & L Promoções e Eventos Empresariais EIRELI. CNPJ 09.231.613/0001-04. Objeto: Serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas. Vigência: até 31/12/2020. Assinatura: 19/06/2020. Valor total: R\$ 10.200,00. Fundamentação: Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decreto 10.024/2019. Assinam, pelo Contratante: Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor-Geral, e Carlos Henrique Drumond Soares Martins, Secretário de Administração e Orçamento, e pela Contratada: Andrea Mastroianni de Lemos Brito.

#### EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 0011645-24.2020.6.27.8000. Credenciamento nº 27/2020. Objeto: Prestação de serviços médicos nas especialidades de Gastroenterologia, Coloproctologia, Cirurgia geral e Cirurgia do Aparelho Digestivo. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 da Resolução TRE-TO nº 431/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: GASTROPALMAS LTDA, CNPJ nº 14.453.745/0001-10. Preços: Valores da tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), ou ainda, segundo tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo - CODEL para serviços hospitalares e outros da área de saúde. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura. Assinatura: 19/06/2020. Signatários: pelo Credenciante, Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor-Geral, Cristina Regina Boechat Tosa, Secretária de Gestão de Pessoas e Mary Carlos Freire, Coordenadora de Assistência Médica e Social e, pela Credenciada, Erica Cristina Rezende.

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

a)Espécie: Contrato de Credenciamento 057/2020, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDFT, e a CLÍNICA DE NEUROLOGIA E NEUROINFUSÃO DE BRASÍLIA LTDA. b)Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do PRO-SAÚDE do TJDFT, no âmbito do DF. c)Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. d)Vigência: 60 meses, a partir da data de sua publicação no DOU. e)Data da assinatura: 18/06/2020. f)PA: 0028114/2019.

#### EXTRATO DE CONTRATO

a)Espécie: Contrato de Fornecimento e Instalação 052/2020, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDFT, e a APC TECNOLOGIA E ENGENHARIA LTDA. b)Objeto: fornecimento e instalação de solução de conectividade de rede de voz e dados em tecnologia GPON, englobando soluções de tecnologia e serviços, materiais, equipamentos e repasse de conhecimento, exceto infraestrutura do cabeamento, com garantia "on site". c)Fundamento legal: Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decretos 7.746/2012, 8.538/2015 e 10.024/2019. d)Valor estimado do contrato: R\$ 600.194,92. e)Vigência: 12 meses a partir da data de sua publicação no D.O.U. com relação à prestação dos serviços e 60 meses contados a partir do recebimento definitivo dos serviços, com relação à garantia "on site". f)Data da assinatura: 18/06/2020. g)PA:0002566/2017.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a)Espécie: Termo Aditivo 01 ao Contrato de Credenciamento 004/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDFT, e a CID - CENTRO INTEGRADO EM DISFASIA S/S. b)Objeto: Alterar a denominação social e o endereço da empresa, constante da ementa e do Preâmbulo do Contrato Inicial. c)Fundamento Legal: Cláusula 23ª do Contrato Inicial, c/c art. 65, II, da Lei 8.666/1993. d) Vigência e eficácia: A partir da publicação no DOU. e)Data da assinatura: 17/06/2020. f)P.A. N.: 0025135/2018.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a)Espécie: Termo Aditivo 01 ao Contrato de Credenciamento 048/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDFT, e a CLÍNICA DE PSICOLOGIA ATO ANALÍTICO LTDA. b)Objeto: Alterar a representante legal da CREDENCIADA, constante do Preâmbulo do Contrato Inicial. c)Fundamento Legal: Cláusula 23ª do Contrato Inicial, c/c art. 65, II, da Lei 8.666/1993. d) Vigência e eficácia: A partir da publicação no DOU. e)Data da assinatura: 19/06/2020. f)P.A. N.: 0002608/2019.



Esta documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.tre-rr.jus.br/autenticidade.html>, pelo código 05302020062200102

